



DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA PATRICE EMERY TROVOADA

PRIMEIRO-MINISTRO E CHEFE DE GOVERNO DA REPÚBLICA

DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

78.^a SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Nova Iorque, 20 de setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas;

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas;

Suas Excelências, Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo;

Excelentíssimos Senhoras e Senhores Representantes dos Estados Membros;

Distintos delegados,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Num contexto internacional marcado pelo crescimento das divisões, recrudescimento de tensões e a diminuição da confiança, é com um grande sentido de responsabilidade que faço uso da palavra nesta magna Assembleia, na qualidade de Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, em representação da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Gostaria de inclinar respeitosamente face às vítimas do recente terramoto em Marrocos e das inundações na Líbia.

Permitam-me que aproveite esta septuagésima oitava sessão do debate geral para felicitar o Senhor Embaixador Dennis Francis pela sua eleição como Presidente desta Sessão, e, manifestar-lhe todo o nosso apoio ao longo do seu mandato.

Agradecemos igualmente ao Presidente cessante, Senhor Csaba Korosi, pelo seu engajamento na condução dos trabalhos da sessão anterior, particularmente perante a complexidade criada por novos conflitos e a crise alimentar mundial.

Senhor Presidente

Excelências Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo

O tema escolhido para esta sessão, “**Liberar o poder da igualdade de género**”, que aplaudimos, é por demais actual, num momento em que a humanidade atravessa a maior das ameaças, revertendo progressos no desenvolvimento humano e ampliando desigualdades nos nossos respetivos Estados.

O Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África, conhecido como Protocolo de Maputo, está a comemorar o seu 20º aniversário, e temos que constatar a existência de um enorme défice em termos de autonomização e igualdade de oportunidades, nomeadamente no que diz respeito à participação das mulheres nos órgãos de decisão política. No entanto, poderíamos igualmente nos referir a Convenção de Istambul, que, apesar de ser vinculativa para os Estados signatários, pouco fez para traduzir em resultados a vontade do Conselho da Europa.

Este tema, como outros, é um objetivo global que exige o empenho da comunidade internacional, dos governos, das organizações e da sociedade civil para criar um mundo mais justo e equitativo para todos.

Perante os desafios persistentes e crescentes que permanecem, particularmente em termos de pobreza, fome, desigualdades e questões ambientais, para além dos nossos discursos, nós, os líderes das várias nações aqui representadas, devemos questionar-nos e reconhecer as nossas falhas em proteger o nosso planeta e garantir a prosperidade partilhada até 2030.

O meu país, um pequeno Estado insular que goza de uma democracia efetiva há mais de 30 anos e que ainda está em desenvolvimento, é uma das principais vítimas das alterações climáticas, da degradação dos ecossistemas e da dependência económica.

O meu país vive uma situação de verdadeira urgência económica e financeira a curto prazo, bem conhecida dos nossos principais parceiros, ao mesmo tempo que atravessa um processo complexo de transição para a fase média de desenvolvimento e prossegue uma política adaptada à sua realidade, respeitando a diversidade multicultural e os direitos humanos.

Esforçamo-nos, com algum sucesso, por adotar os códigos, as recomendações e as boas atitudes que visam a realização dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, mas os problemas estruturais, as assimetrias de todo o tipo e a falta de confiança nas

instituições democráticas por parte das nossas populações são cada vez maiores.

Não devemos hesitar em apontar o dedo aos responsáveis pelas perturbações climáticas no seio do G20, ou aos órgãos de governação económica mundial que continuam a ignorar os nossos objetivos sociais e ambientais, nomeadamente, negando-nos o acesso a recursos financeiros em quantidades e condições razoáveis.

Ainda mais preocupante é o facto de estarmos a assistir a uma crescente polarização e fragmentação do mundo e da governação global, com a sua crescente quota de populismo e nacionalismo. A própria sociedade tecnológica digital, que poderia ter sido o acelerador do desenvolvimento dos nossos países e da cidadania a nível mundial, está a tornar-se uma nova fonte de desigualdade, de concentração de riqueza e de dominação.

A desigualdade, a falta de respeito e a falta de inclusão só podem conduzir a fraturas cada vez maiores e a retrocessos.

Os golpes de Estado e as tentativas de subversão da ordem constitucional são cada vez mais frequentes, ao mesmo tempo que

perdurem conflitos de longa data, como os da Palestina e de Cuba, e os do Iémen, da Síria, do Sudão e da Líbia seguem o mesmo caminho.

Os conflitos armados em violação do direito internacional, sejam eles quais forem, também recebem um tratamento diferenciado. A nossa condenação da invasão da Ucrânia pela Rússia foi clara e sem hesitações, porque respeitamos o direito internacional e a Carta das Nações Unidas.

Infelizmente, os refugiados e os mortos não são iguais em direitos e em dignidade num mundo que se diz civilizado. Parece que, atualmente, só as pandemias mundiais são capazes de nos unir e de nos mobilizar.

Tardamos em reagir para impormos a paz face ao conflito latente na região dos Grandes Lagos, enquanto a lista de mortos, de deslocados e de destruições de todo o tipo continua a agravar-se, e as missões de paz internacionais mostram os seus limites por falta de compromissos claros e efetivos a favor das populações que são as primeiras vítimas.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Talvez seja tarde demais, mas a indiferença e a hipocrisia são inaceitáveis, os nossos problemas de países pobres tendem a tornar-se também os problemas dos países ricos: disparidade demográfica, disparidade económica, desregulamentação climática, perda de confiança institucional, entre outros, e existe ainda esperança de encontrar um novo impulso se nos empenharmos resolutamente na reforma das nossas instituições, a começar pelas Nações Unidas e pelas instituições de Bretton- Woods, para um multilateralismo reinventado e mais solidário.

É nosso dever, enquanto líderes, cultivar uma arte capaz de articular as soluções esperadas, que podem iluminar tantos seres humanos cuja experiência não é mais do que uma viagem de sofrimento e incerteza.

A verdadeira liderança significa encontrar os compromissos necessários, significa ter a capacidade de fazer as pazes e promover o progresso.

Excelências,

Como diz o ditado, a natureza detesta o vazio. E a nossa retórica, os nossos apelos em Cimeira após Cimeira, soam a vazio.

Estamos convencidos de que sociedades pacíficas, equitativas e sustentáveis, com jovens instruídos e formados, com boa saúde, são do interesse geral e que, por isso, devemos usar o bom senso para evitar ruturas maiores e imprevisíveis, e ainda dispomos dos meios técnicos, financeiros e humanos para reformar o sistema político internacional.

Os países ricos têm uma responsabilidade, mas a nossa também não pode ser excluída.

Reafirmamos o firme compromisso da República Democrática de São Tomé e Príncipe de colaborar ativamente com os seus parceiros regionais e internacionais em todas as iniciativas que visem erradicar todos os atos desumanos, degradantes para os seres vivos e o ambiente, e prejudiciais aos valores humanistas e de liberdade. Acreditamos firmemente que a nossa Organização é o centro aglutinador das nossas causas e é a única entidade cujo papel é estruturar e sistematizar os nossos desafios comuns e liderar a harmonização do nosso mundo, respeitando as diferenças culturais, os modelos e sistemas de governo e as opções económicas.

Senhor Presidente

Excelências,

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo

Antes de concluir, gostaria de dizer o quanto o meu país está particularmente grato ao nosso Secretário-Geral António Guterres pelos seus esforços incansáveis para reforçar o papel das Nações Unidas na promoção da paz, da democracia e da proteção da vida humana à escala mundial, bem como na luta contra a pobreza e as alterações climáticas em todas as suas formas.

A sua determinação desafia-nos e obriga-nos.

Obrigado pela vossa atenção.